

Do espaço público de lazer ao espaço público do medo: o caso da Praça Waldemar Henrique na cidade de Belém (PA)

From public leisure space to public space of fear: the case of Waldemar Henrique square in the city of Belém (PA)

Elcivânia de Oliveira Barreto
Universidade Federal do Pará - UFPA
vaniabarreto21@gmail.com

Simão Bossi Santana
Universidade Federal do Pará - UFPA
simao.b.santana@gmail.com

Resumo

Este artigo traz uma breve reflexão acerca do espaço público. Para a compreensão da temática, utilizou-se como estudo de caso a Praça Waldemar Henrique, praça que nos incita a pensá-la enquanto espaço de passagem e do medo, localizada no Bairro do Reduto na cidade de Belém, estado do Pará. Provocados por esse primeiro olhar, buscamos identificar e analisar as práticas espaciais que se desenrolam na praça e as concepções de espaço público daqueles que cotidianamente mantêm uma relação com esse espaço. Para tanto, foram realizadas visitas de campo e entrevistas entre os dias 22 e 24 de setembro e as informações obtidas foram analisadas à luz de estudos e pesquisas de: Serpa (2007), Leite (2004), Jacobs (2000), Souza (2008) e Lefebvre (2016), auxiliando-nos na compreensão do processo que conduziu a Praça Waldemar Henrique por uma trajetória que remonta à sua concepção enquanto espaço voltado ao lazer e manifestações culturais, até o presente que a coloca como um espaço de representação, restringido de práticas espaciais e ações públicas relativas, principalmente, à sua Gestão Governamental.

Palavras-chave: Espaço Público, Práticas espaciais, Lazer, Medo, Praça Waldemar Henrique.

Abstract

This article brings a brief reflection on public space. In order to address this theme, the Waldemar Henrique Square has been used as a study case, this square that encourages us to think of it as a space of passage and fear, located in Reduto's neighborhood, in the city of Belém, in Pará, Brazil. Instigated by this first look, we sought to identify and analyze spatial practices that are unfolded on this space and the conceptions of public space of those who daily maintain a relationship with it. To this end, field visits and interviews were carried out between September 22 and 24, 2018, and information obtained there analyzed in light of studies and researches by: Serpa (2007), Leite (2004), Jacobs (2000), Souza (2008) and Lefebvre (2016), helping us to understand the process that led the Waldemar Henrique Square through a trajectory that goes back to its conception as a space dedicated to leisure and cultural manifestations, up to the present that places it as a space of representation, restricted of spatial practices and public actions related mainly to its Government Management.

Keywords: Public Space, Spatial Practices, Leisure, Fear, Waldemar Henrique Square.

Introdução

O debate acerca do espaço público parece ganhar cada vez mais impulso quando o colocamos em perspectiva histórica. De fato, não se trata de um debate isolado, está envolto em discussões mais amplas que envolvem as práticas espaciais e sociais, a reprodução das relações sociais de produção capitalista e a expansão do tecido urbano e das metrópoles. Manifesta-se pelo menos desde a década de 1950, nos trabalhos de Jane Jacobs, reverberando mais tarde, nas décadas de 1960 e 1970, em Henri Lefebvre, à medida que se configura um espaço urbano homogêneo-fragmentado (LEFEBVRE, [1972], 2016), conformador de uma segregação espacial dada pelo consumo e não mais somente pela posse dos meios de produção.

No decorrer das décadas de 1980, 1990 e 2000 vemos esse debate ganhar contornos relacionados à fragmentação sociopolítico-espacial, como apontado por Souza (2008), por uma ruptura quase total do tecido social, pautada pela reprodução do medo enquanto um produto-produtor de vidas que se separam quase que integralmente, que se estranham, que não se veem mais num sistema de dependência.

Uma fragmentação que se manifesta constantemente nos projetos de requalificação urbana, na incorporação e redefinição da natureza jurídica de espaços e seus elementos, transformados de bens públicos de uso comum a bens públicos dominicais. E que, para além dos aspectos jurídicos, da administração pública e dos empreendimentos privados, envolve também a transformação dos padrões de comportamento social, conduzidos exatamente à exclusividade possibilitada pelo consumo. Ora, o que se destaca aí, muito antes que uma mudança na concepção mais clássica de espaço público, são as condições de existência de um tal espaço, ou, se preferirmos, a sua realidade prática social.

Nesse sentido, quais seriam essas condições? Responder a tal questão certamente exige muito mais que um artigo, mas, enquanto desafio, também é um exercício que pode ser calcado gradualmente. Assim, propomos-nos neste artigo, a analisar essas condições num contexto regional amazônico, mais precisamente na cidade de Belém, que, como cidade, não produz mais sua existência imediata independentemente de sua região metropolitana ou de um mundo globalizado.

Entender essa trama urbana e o que, atualmente, significa espaço público requer que tenhamos em conta a depuração das universalidades e particularidades que atuam condensadas no processo de expansão disperso-concentrado da metrópole (TRINDADE JR, 1998), a força do capital em escala mundial e as formas de poder locais que propicia, assim

como conhecer as singularidades de cada espaço examinado, usos e políticas que os definem, sendo a Praça Waldemar Henrique, neste artigo, nosso objeto pontual de análise. Praça que nos últimos vinte anos passou por inúmeras mudanças, pela perda total ou parcial de apropriações culturais e comerciais que lhe caracterizaram por um determinado período de sua história, que nos provoca a pensar sobre os sentidos de espaço público emergentes do abandono pela administração pública, assim como a encarar os espaços de passagem e do medo enquanto evidências de uma cidade produzida contrariamente à apropriação coletiva mais diversa e promotora de formas de emancipação humana.

Dessa forma, apresentamos a seguir os resultados e discussões obtidos com o desenvolvimento deste estudo. Assim, organizamos este artigo em 4 (quatro) seções, estas que abordam, respectivamente: uma breve discussão sobre espaço público a partir das ideias de autores como Serpa (2007), Leite (2004), Jacobs (2000), Souza (2008) e Lefebvre (2016); a Praça Waldemar Henrique concebida como espaço de lazer; a Praça Waldemar Henrique enquanto um espaço do abandono e do medo, e por fim, as considerações finais.

O que é espaço público?

Partimos, aqui, das ideias de Jacobs (2000, p.32), para quem a paz nas calçadas e ruas não depende da presença da polícia ou da dispersão das pessoas, surgindo sim em decorrência de uma [...] “rede intrincada, quase inconsciente, de controles padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados”. Autora para quem também “quanto mais movimentadas e atraentes forem às calçadas e quanto maior o número e a variedade de usuários, maior deverá ser a largura total para comportar seus usos satisfatoriamente” (JACOBS, 2000, p. 95-96). Concepções que instigam o pensar a cidade e o espaço sob a perspectiva do “compartilhar”, sob a necessidade de nos voltarmos ao entendimento das práticas sociais, da vida social nas calçadas, ruas e demais espaços públicos.

Ao considerarmos tais perspectivas, não procuramos moldar o espaço público a uma racionalidade, mas sim, apreendermos os impedimentos à consolidação dessas formas de apropriação coletivas tidas como positivas, as determinações universais transpostas a particularidades que se colocam como obstáculo às mesmas. Nesse sentido, pensar em espaço público no período histórico atual e sua manifestação nas cidades é fazer uma reflexão acerca das novas características que emanam da sociedade, conforme ressalta Serpa (2007, p. 9), “discutir o espaço público na cidade contemporânea, consiste, antes de tudo, em um desafio,

não só para a Geografia, mas também para todas as ciências e filosofias que se pretendam políticas e ativas”. De tal forma que, ao buscarmos compreender o espaço público de uma grande cidade da Amazônia brasileira, mais especificamente de Belém no estado do Pará, estabelecemos um objeto de análise que se constitui como um grande desafio.

Senão vejamos, é essa metrópole belenense que, segundo Trindade Jr. (1998), inserida num contexto amazônico de fronteira econômica do capital, desempenha nas últimas cinco décadas um papel fundamental na dinâmica dessa região, e que, em função disso, desenvolve um processo de metropolização que ganha contornos e um padrão disperso-concentrado. É essa mesma metrópole que passa por um novo ciclo de integração de suas particularidades ao mercado mundial de capitais, em que poderes locais operam difusamente, mas, ainda assim, lado a lado a esse capital, criando aspectos metropolitanos únicos; é essa metrópole que, no mesmo compasso de tantas outras, exhibe aspectos comumente vistos, afinal, como destacado por Sobarzo (2017),

[...] competitividade, integração seletiva, planejamento estratégico, enobrecimento e fragmentação dos lugares são aspectos que se materializam no espaço urbano – especialmente nas metrópoles e nas grandes cidades – como consequência da concorrência entre cidades para conseguir formar parte do circuito global (SOBARZO, 2017, p. 199).

Portanto, é na busca por atualizar o conhecimento acerca dessa configuração espacial de Belém, complexa e densa, na qual Trindade Jr. (1998) vê ampliar-se as possibilidades de novas territorialidades no território e a fragmentação do tecido urbano metropolitano, que nos colocamos no exercício contínuo da reflexão no que concerne às práticas sociais nos espaços públicos.

Ao assumirmos tal paradigma, em que se altera não apenas o tecido urbano, mas também a própria sociabilidade das pessoas e seus imaginários acerca da cidade, propomos uma análise breve do pensamento de determinados autores a respeito dos espaços públicos, de suas materializações em parques e praças, trazendo noções que os tem tanto como verdadeiros lugares do encontro, da sociabilidade, da comunicabilidade política, como também do desentendimento, como aponta Leite (2004).

Nesse sentido, Leite (2004) propõe uma discussão do espaço público a partir do lugar, no qual este último se apresenta como um lugar de representação, e também um lugar das singularidades se coadunando a formação de uma territorialidade subjetiva. Para buscar

uma compreensão do conceito de lugar para o entendimento do espaço público, Leite (2004) se utiliza das ideias de dois autores Guattari (1985) e Massey (1994). Para Guattari (1985 apud LEITE, 2004), o espaço é como uma convergência de sentidos que culminam em lugar. Para Massey (1994, p.38 apud LEITE, 2004), os lugares são “momentos articulados em rede de relações e entendimentos, que se constroem numa escala muito maior do que a que costumava ser definida como lugar em si”. Desta forma, Leite (2004, p. 287-288) compreende os “lugares como espaços de convergência simbólica, que resultam de experiências compartilhadas mediante alguma possibilidade de entendimento sobre o que significa um certo espaço e sobre o que representam certos conteúdos culturais partilhados”.

Leite (2004) nos faz refletir justamente nas possibilidades de se pensar o espaço público mediante as transformações que vem ocorrendo no tecido urbano, sendo assim, é necessário pensar formação do espaço público a partir das noções de comunidades, considerando também, a constituição das diferenças das pessoas, que não apenas se especializam nos diferentes lugares como imprimem um tipo de vitalidade interativa, em que as diferenças dialogam entre si no exercício cotidiano de afirmação da alteridade. Afinal, como aponta ainda Leite (2004, p. 318),

[...] não são os ares de uma cidade enobrecida que libertam, mas as formas cotidianas de apropriação política dos lugares, que publicizam e politizam as diferenças, atribuindo sentidos e qualificando os espaços da cidade como espaços públicos [...] promovendo assim uma repolitização da vida e do espaço público.

Desta forma, convém ressaltar Massey (2009, p. 218), quando esta questiona a noção de espaço público enquanto “espaço aberto”, destaca as negociações silenciosas que se dão nesses espaços e pontua que “todos os espaços são, de algum modo, regulados socialmente, se não por regras explícitas [...], então pelas regulações, potencialmente mais competitivas [...], que existem na ausência de controles explícitos”. É nesse sentido que Massey (2009) nos impele a pensar o espaço público, atentos às relações sociais e a essa dimensão política que emerge das relações sociais conflituosas.

Assim, pode-se inferir que, não há como compreender o espaço público sem o relacionar à ação política, tanto nas metrópoles, quanto nas grandes cidades, ruas, praças e parques são prenes de caráter político. Por outro lado, como aponta Habermas (apud SERPA, 2007), o espaço público enquanto o lugar para a *excellence* do agir comunicacional, o domínio

historicamente constituído da controvérsia democrática e do uso livre e público da razão, vem sofrendo um declínio resultante de sua mercantilização e do estabelecimento de um comportamento socioespacial pretensamente apolítico, que busca nesse espaço somente suas dimensões de consumo.

Neste caso, Serpa (2007) contribui para a crítica da utilização ou transformação do espaço público em mercadoria, e nos remete a pensar o significado deste na cidade, uma vez que essa se configura contemporaneamente como o lócus e expressão maior da reprodução do capital, mediada por formas de gestão e empresariamento urbanos que acentuam cada vez mais a apropriação de suas frações pelos agentes de mercado, favorecendo à ampliação da renda monopolista destes por meio, dentre outros fatores, do consumo que se dá na prática do lazer nos espaços públicos.

Taschner (2000, p. 2), por exemplo, aponta que “a maioria das atividades de lazer são mediadas pelo mercado”, o que tem suscitado diversos estudos para a compressão do lazer “como parte da cultura contemporânea do consumo”, embora essa não seja a única possibilidade de lazer, conforme pode-se observar em Dumazedier¹ (1973).

Diante disso, Serpa (2007) afirma que os espaços públicos contemporâneos se transformam em lugares do espetáculo para os habitantes e os visitantes de passagem, a cidade se engajando decididamente na produção de um “élan festivo”, como uma forma de mascarar seu lado “feio”, com a finalidade de construir uma imagem ideal, capaz de torná-la competitiva para sua venda, para a sua inserção no mercado como destaca Sanchez (2001).

Submetidos às ações estratégicas que subsidiam essa promoção da cidade, pautadas nas políticas do *city marketing*², uma das principais ferramentas da gestão e empresariamento urbanos contemporânea, é comum que espaços públicos, enquanto bens públicos de uso comum, sejam incorporados a empreendimentos que transformam sua função cidadina e natureza jurídica, tornando-os bens públicos dominicais sob os quais o espaço público, suas possibilidades de apropriação, acesso e uso passam a ser restritivos e direcionados ao consumo. Não menos comum, esse planejamento estratégico também relega ao esquecimento aquelas

¹ Para Dumazedier (1973, p.34) o lazer pode ser compreendido como o “conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se ou entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das ocupações profissionais, familiares e sociais”. Este autor aborda o lazer dentro de uma perspectiva sociológica, relacionando-o com o mundo do trabalho.

² O *City marketing* configura-se como uma ação estratégica, uma ferramenta do planejamento urbano, o qual tem a finalidade de promover o marketing da cidade para a sua comercialização no mercado mundial das cidades, com o objetivo de atrair investimentos, empresas.

frações de espaço que não interessam ao capital, criando pela falta de manutenção, e outros tipos de ausência, mais um componente para a difusão de um comportamento social consumidor, que encontra nesses espaços do abandono exatamente o inverso do seu objeto de desejo.

Portanto, forma de planejamento estratégico que, segundo Vainer (2016, p. 78), “[...] implica a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e depende, em grande medida, do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania”. Fatores estes, que corroboram a formação de um espaço público no qual o ato de compartilhar passa a inexistir, no qual a tendência é a rarefação do encontro e da ação política. Emergem os espaços de segregação, das barreiras econômicas, culturais e simbólicas, mascaradas na imagem de um espaço público de uso comum e acessível, o que acaba por conformar uma dimensão do medo, o medo do diferente e do outro, o medo que passa a reger o espaço da metrópole e o espaço público.

Souza (2008) avança na discussão sobre a decadência dos espaços públicos, aborda-a sob a perspectiva da perda de autonomia individual e coletiva resultantes da segmentação/segregação espacial e de uma fragmentação sociopolítico-espacial das cidades brasileiras. Processos que passariam cada vez mais pelo discurso da violência e do medo, impulsionados tanto pelo Estado quanto pela mídia, e que intensificariam o esvaziamento do espaço público, tornando-os, apenas, em lugares de passagem e degradação.

Nesse sentido, uma das facetas dessa fragmentação do tecido sociopolítico espacial, como apontado por Souza (2008), revela-se intensificação da auto-segregação com a proliferação dos chamados condomínios exclusivos. Para o autor,

Sob a influência do medo, do sentimento de insegurança que se dissemina morar em casas isoladas e mesmo em prédios de apartamentos que não estejam protegidos pelo aparato de segurança de um verdadeiro “condomínio exclusivo” vai-se apresentando como uma opção cada vez menos atraente em favor do tipo de *habitat* representado por uma *gated community* (SOUZA, 2008, p. 72).

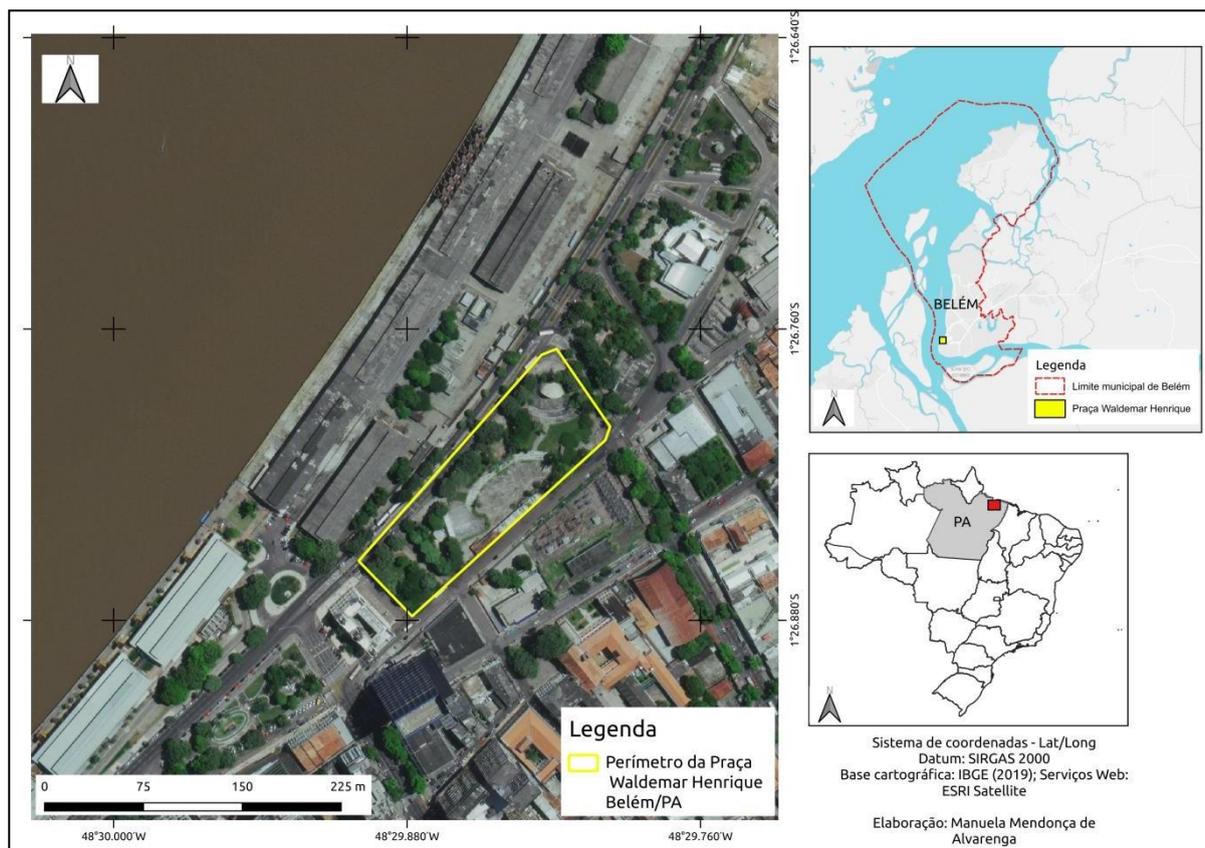
Nesse sentido, a auto-segregação, a solução escapista encontrada nesses condomínios e outras formas exclusivas de uso do espaço mediadas pelo consumo, não educa para a liberdade, tão pouco para o diálogo, ou para o respeito à diferença, muito menos para a solidariedade, formam apenas para o elitismo de classe, para o temor e o desinteresse em face dos diferentes (SOUZA, 2008). É nessa totalidade, marcada pela contradição entre a

necessidade dos usos coletivos do espaço e de seu consumo, pela fragmentação de seu tecido urbano, que também se encontra a Praça Waldemar Henrique, examinada mais de perto na seção a seguir.

A Praça Waldemar Henrique concebida como espaço de lazer

A Praça Waldemar Henrique (Mapa 1) está localizada no Bairro do Reduto, na cidade de Belém, delimitada pela Avenida Assis de Vasconcelos, pelo prédio da Secretaria de Turismo do Estado do Pará, pela Avenida Marechal Hermes, pela Companhia Docas do Pará e pela Rua da Municipalidade, assim como pelos muros de uma subestação de energia elétrica e de uma área militar da Marinha do Brasil; também já foi chamada de Praça do Congresso e Praça Kenedy (SOARES, 2009).

Mapa 1. Localização da Praça Waldemar Henrique na Cidade de Belém – PA.



No ano de 1998, a praça ainda com o nome de Kenedy, passou por uma reforma completa e foi inaugurada em janeiro de 1999 como um novo espaço de lazer belenense, recebendo o nome do músico e maestro paraense Waldemar Henrique. Na imagem 1 (1a e 1b) podemos observar o painel feito em concreto que traz a efígie do maestro homenageado. Vale destacar que a fotografia 1a mostra o painel sem pichações, não sendo possível apresentar uma data de quando foi tirada, já a fotografia 1b traz o estado em que o painel se encontrava em setembro de 2018, com pichações.

Imagem 1. Escultura do Maestro Waldemar Henrique



Fonte: Fotografia (1a) - <http://www.belem.pa.gov.br/ver-belem/> S/d. Fotografia (1b) - Autores, 2018.

De acordo com Mergulhão (2009), o projeto arquitetônico da praça foi elaborado com base no lugar, na realidade belenense, contemplando em sua arquitetura vários temas da região amazônica, que foram retratadas na obra do Maestro Waldemar Henrique, dentre os quais as lendas que envolvem personagens folclóricos como Matinta-Perera, Boto, Curupira (Imagem 2). A estrutura da praça também buscou atender a uma diversidade maior de usuários, considerando aspectos como a mobilidade, contendo inclusive rampas por todos os seus 10.300m² para promover a acessibilidade das pessoas com deficiência, além de uma preocupação com o conforto térmico.

Imagem 2. Personagens folclóricos das lendas amazônicas representados na Praça



2a



2b

Fonte: Autores, 2018.

Além disso, a estrutura da praça ainda recebeu um palco em forma de teclas de piano de cauda (Fotografia 1), representando um dos principais instrumentos utilizados pelo Maestro homenageado, e uma concha acústica (Imagem 3) em forma de cuia, instalada com o objetivo de impulsionar e promover apresentação de bandas musicais locais.

Fotografia 1. Palco em forma de teclas de piano de cauda.



Fonte: Autores, 2018.

Imagem 3. Concha Acústica.

Fonte: Fotografia (3a): Arruda, 2003. Fotografia (3b): Autores, 2018.

Acrescentado à praça na reforma de 1999, o playground contendo brinquedos e calçadas com desenhos de notas musicais e estrofes que remetiam às composições do maestro Waldemar Henrique deixou de existir, permanecendo na praça apenas um escorregador. Há ainda um terminal de passageiros (Fotografia 2) de 90 metros quadrados que, na sua inauguração, abrigava 32 ambulantes, mas que até o mês de setembro de 2018 contava apenas com 1 ambulante.

Fotografia 2. Terminal de passageiros e local destinado aos vendedores ambulantes.

Fonte: Autores, 2018.

A praça foi inaugurada ainda com banheiros públicos, uma arquibancada com capacidade para 400 pessoas, um jardim interno e uma área exclusiva para as pessoas com deficiência. Contudo, em setembro de 2018 os banheiros encontravam-se desativados, e as arquibancadas deterioradas pela falta de manutenção.

O projeto de reforma da Praça Waldemar Henrique objetivou a conformação de um espaço voltado ao lazer, dando ênfase às práticas culturais, em especial à música, tendo a mesma Praça recebido diversas atividades que privilegiaram esse viés após a sua inauguração em 1999. Contudo, com o tempo, foi deixando de ser um espaço orientado a essas formas de apropriação, o que se torna latente ao fim da gestão municipal responsável pela reforma e início da nova gestão calcada no *city marketing* (MERGULHÃO, 2009).

A Praça Waldemar Henrique: um espaço do abandono e do medo

Por meio de pesquisas e entrevistas, identificamos que a Praça Waldemar Henrique se encontra atualmente “abandonada” pelo poder público, não apresentando qualquer uso ou finalidade conduzida por esse poder. A concepção de uma praça voltada ao lazer deu lugar apenas a um espaço de representação, em que inexitem atividades de lazer, bem como qualquer política de uso.

Nas pesquisas de campo, conduzidas nos dias 22 e 24 às 10h da manhã, observamos que a praça se apresenta bastante deteriorada, sua pavimentação desgastada e o piso voltado à acessibilidade das pessoas com deficiência, inexistente. No playground permanece apenas um escorregador, os bancos da praça também continuam presentes, porém expostos ao sol devido ao número reduzido de árvores no local, já a arquibancada, bem como os demais mobiliários, encontram-se arruinados.

Serviços básicos como a limpeza são negligenciados por parte do poder público, o que se nota prontamente através dos odores exalados por dejetos humanos espalhados em sua extensão. Em relação à segurança pública, visualizamos apenas uma câmera de vigilância na praça, porém não conseguimos constatar se a mesma se encontra em funcionamento. Detectamos, ainda ali, uma existência parca das práticas espaciais pretéritas relacionada à função da praça inaugurada em 1999. No dia 22 de setembro (sábado), poucas pessoas passaram pela praça e distinguimos apenas dois fiscais intermediários de ônibus na parada, além deles

contabilizamos apenas os moradores de rua que utilizam tanto a arquibancada, quanto o palco em formato de cuia, como residência.

Entrevistamos o senhor Moisés Alves, um dos fiscais intermediários de uma empresa de ônibus, o mesmo convive há 8 (oito) meses com a praça, trabalhando na área de parada de ônibus de segunda a sábado, das 6h às 14h. O relato do fiscal corrobora com a constatação de que “não há higienização na Praça [...] a mesma está jogada às baratas [...] era pra ser um lugar bem... para se trazer a família”. O mesmo se mostrou bastante insatisfeito com as condições de trabalho na praça, considerando-a um lugar insalubre, em decorrência dos dejetos deixados pelos moradores de rua. (Moisés Alves, entrevista realizada em 22 de setembro as 10h30).

O entrevistado ainda relatou que há alguns anos atrás visitava a praça com certa frequência, levava a família para assistir às festividades folclóricas, shows que ocorriam naquele espaço. Segundo o mesmo, “antigamente a praça era mais segura, pois havia o carro e o Batalhão da Polícia Militar próximo à praça”. O mesmo relatou que não se sente seguro trabalhando no local, “há muito ladrão, não respeitam nem quem conhece” (Moisés Alves, entrevista realizada em 22 de setembro as 10h30).

Quando questionado sobre o que considera um espaço público dentro de uma cidade, o entrevistado respondeu que se trata de um “Espaço de lazer, para trazer a família frequentemente, em que todos possam utilizar, classe baixa e rica”. De acordo com o entrevistado, na praça as pessoas ficam muito vulneráveis, pois se trata de um espaço vazio, pelo qual as pessoas apenas passam. Diante disso, enfatizou que é necessário o “Governo trazer novamente barraca de merenda, trazer as festas da cultura paraense e segurança para população” (Moisés Alves, entrevista realizada em 22 de setembro as 10h30).

Além desse entrevistado, obtivemos informações com o senhor João Carlos, 53 anos, estivador aposentado. O Sr. João Carlos nos informou que diariamente passa, em seu trajeto para a Igreja, pelas imediações da praça. Quando questionado sobre a imagem que tem de um espaço público dentro de uma cidade, o entrevistado citou sobre a Praça da República, “praça em que as pessoas vão todo final de semana [...] lugar para descansar, descontrair”. Em relação à Praça Waldemar Henrique, o entrevistado disse que a mesma está abandonada, mas que nem sempre foi desse jeito. Relatou que a praça “precisa de mais segurança [...] que afaste as pessoas drogadas, a violência [...] reformar o que está acabando”. João Carlos disse que frequentava a praça quando tinha shows.

No dia 24 de setembro, às 10h da manhã, retornamos à Praça Waldemar Henrique para entrevistar mais pessoas, pois no dia 22, como mencionado, conseguimos entrevistar apenas 1 pessoa propriamente na praça. Neste dia, conseguimos entrevistar o único vendedor ambulante do local, o senhor João Alberto de 32 anos de idade. O mesmo utiliza há 4 (quatro) anos um dos espaços destinados aos vendedores em frente à parada de ônibus.

Quando questionado sobre o que considera espaço público dentro de uma cidade, o mesmo apontou as praças e a Estação das Docas, incluindo aí a Praça Waldemar Henrique, porém fez questão de deixar evidenciado que não levaria sua família à praça considerando o estado desta, preferindo frequentar a Estação das Docas e o Shopping. O entrevistado disse que há muitos “moradores de rua” na praça, contudo consegue estabelecer uma relação de respeito com estes.

Diante do exposto, identificamos que as práticas espaciais que resistem na Praça Waldemar Henrique apresentam um escopo muito reduzido para o compartilhamento, manifestando-se na mesma um evidente estranhamento entre as pessoas que frequentam ou passam pela praça e os moradores de rua que, por necessidade, apropriaram-se daquele espaço como residência.

As falas dos entrevistados revelam aspectos contraditórios do cotidiano e dinâmicas espaciais belenenses, no qual políticas voltadas a promover as praças enquanto espaços de lazer não conseguem romper, por mais que procurem ampliar seus escopos de uso e apropriação, os comportamentos segmentados. Permanecem ainda latentes as percepções que buscam nesses espaços somente uma forma de apropriação, a praça voltada ao lazer único da família, que, defronte outras formas de apropriação, preferem frequentar espaços privados, como shoppings, ou espaços públicos mediados por empreendimentos restritivos, como a aquele existente em Belém na Estação das Docas (bem público dominical).

Ao mesmo tempo, o abandono da Praça Waldemar Henrique, assim como de outros espaços públicos, a degradação dos equipamentos e a utilização deste espaço como banheiro público, depósito de lixo (Fotografia 3), dentre outros usos degradantes, apenas reforça essa segmentação e a dimensão do medo e insegurança. Isso nos remete à própria concepção de espaço público que se projeta nas sociedades atuais, reforçando justamente as ideias de Habermas (apud SERPA, 2007), sobre o declínio das características até então intrínsecas ao espaço público, que são: a controvérsia democrática e do uso livre e público da razão, conforme destacamos na seção sobre espaço público.

Fotografia 3. Área da Praça utilizada como depósito de lixo.

Fonte: Autores, 2018.

Destaca-se ainda o entorno da praça, estando a mesma presa entre prédios de instituições, sem um conjunto de residências próximo à mesma, além do intenso tráfego de automóveis que a cerca nos dias de semana, esse é um fator que contribui para a formação de um espaço esvaziado de outras apropriações que não aquelas registradas nas visitas de campo, o que nos leva a retomar Jacobs (2000, p. 32), quando afirma , que a segurança das ruas não depende da presença da polícia ou da dispersão das pessoas, esta segurança emerge de uma [...] “rede intrincada, quase inconsciente, de controles padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados”. Nesse caso, o próprio planejamento e o desenho da cidade, além de sua evolução no tempo, criam contextos de difícil apropriação para a Praça Waldemar Henrique.

Considerações finais

Considerando as discussões realizadas a partir de Serpa (2007), Leite (2004), Jacobs (2000), Souza (2008) passamos a entender que se deve evitar uma romantização do espaço público enquanto elo perdido da vida social. Deve-se mesmo ressaltar dois aspectos básicos da crítica de Massey (2009) à ideia de espaço público enquanto espaço de liberdade em declínio

nas sociedades neoliberais. O primeiro aspecto está calcado na constatação de que o espaço público jamais foi um espaço de liberdade total, tendo sempre comportado uma dimensão de impedimento a determinadas apropriações; o segundo diz respeito à ideia de espaço público em declínio, afinal, Massey (2009) entende que o verdadeiro espaço público é aquele que abriga e possibilita a expressão de relações sociais conflituosas e isso, novamente, segundo a autora, independe de uma tutela estatal.

Nesse sentido, a Praça Waldemar Henrique continua a nos confrontar com o diferente. Por mais abandonada que esteja pelo poder público, ainda nos faz olhar para nós mesmos enquanto sociedade. A ocupação da praça pelos moradores de rua não pode deixar de ser entendida como um ato político, mesmo que não haja aí uma intenção de luta social, trata-se de uma atitude que expressa e coloca para toda a sociedade problemas e carências que não resolve de maneira satisfatória. É exatamente esse o olhar que nos revela a dimensão excludente causada pelo medo nas grandes cidades brasileiras.

Esse medo, presente na fala e comportamento dos entrevistados, associado à falta de segurança no local, é legítimo enquanto experiência, mas a ausência das mediações do Estado de modo a regular um espaço é produto da representação da Praça Waldemar Henrique enquanto espaço concebido que, ou se coloca como excludente por meio dos usos culturais, ou por meio do estranhamento provocado pela situação que envolve seu uso como moradia.

Portanto, esse quadro revela um comportamento social que corrobora para tal situação, afinal, é notória a decadência da praça à medida que não se disponibilizam mais as condições, segurança e eventos culturais, para o consumo nesse e desse espaço. Portanto, não se trata de uma via de mão única, não é somente a praça que está inapta ao consumo, mas também uma enorme parcela da população que não encontra uso para a praça se não pelo consumo, criando, assim, um afastamento que convida ao medo.

Referências bibliográficas

ARRUDA, E. S. Porto de Belém do Pará: origens, concessão e contemporaneidade. *Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

GUATTARI, F. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. *Espaço e Debates: revista de estudos regionais e urbanos*, São Paulo, ano V, p.109-120, 1985.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins, 2000.

LEFEBVRE, H. [1972] *Espaço e Política: o direito à cidade II*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

LEITE, R. P. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Aracaju, SE: Editora UFS, 2004.

MASSEY, D. *Space, place and gender*. Oxford: Polity, 1994.

_____. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2009.

MERGULHÃO, P. A paisagem Amazônica no paisagismo de Belém: caso Parque Naturalístico Mangal das Garças. *Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano)* – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.

SÁNCHEZ, F. Reinvenção das Cidades na Virada de Século: Agentes, Estratégias e Escalas de Ação Política. *Revista de Sociologia e Política*, n. 16: 31-49, 2001.

SERPA, A. *O Espaço Público na Cidade Contemporânea*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

SOARES, E. N. (ORG). *Largos, coretos e praças de Belém – PA*. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2009.

SOBARZO, O. Espaço Público. In: SPOSITO, E.S. (Org). *Glossário de geografia humana e econômica*. São Paulo: Editora UNESP, 2017. p.. 187-201.

SOUZA, M. L. Cidades fragmentadas, medo generalizado: das <<áreas de risco>> à <<ubiquidade do risco>> In: Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 51-91.

TASCHNER, G.B. Lazer, cultura e Consumo. *RAE. Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, n.4, 2000.

TRINDADE JR., S-C. C. *A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. B. *A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. 8ª ed. 3ª reimp. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2016.

ERRATA

- No *Editorial do dossiê: A inserção dos estudos geográficos brasileiros nos estudos globais*, de autoria de Larissa Alves de Lira, publicado na Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n. 2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *A gênese da geopolítica do capitalismo entre Brasil e Estados Unidos*, de autoria de Raimundo Jucier Sousa de Assis, publicado na Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *As relações de Santa Luzia/MG com a geo-história do Brasil e da economia-mundo capitalista entre os séculos XVIII-XIX*, de autoria de Caio Franco Assunção, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *A economia do cacau em Gana no início do século XXI*, de autoria de Kaue Lopes dos Santos, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *A cooperação internacional e os estudos geográficos: um olhar sobre estratégias Chinesas para a África e a Ásia Central*, de autoria de André Santos da Rocha, Jonathan Christian Dias dos Santos e Pablo Ibañez, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n. 2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *Cooperação Sul-Sul entre Brasil e África utilizando a geopolítica crítica para analisar a construção de hegemonia no caso do Cotton-4+Togo*, de autoria de Gustavo Luiz Xavier de Abreu publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *Cartografias não institucionais da pandemia: Mapeando a dispersão espacial da COVID-19 em Belo Horizonte*, de autoria de Eugenia Cerqueira, publicado na revista Geografias Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *Dinâmica hidrossedimentológica em ambiente fluvial lântico no sudoeste da Amazônia – Rio Branco – Acre: investigação inicial do processo de assoreamento em canal fluvial*, de autoria de Waldemir Lima dos Santos, Pamela Moura da Silva e José Genivaldo do Vale Moreira, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *Do espaço público de lazer ao espaço público do medo o caso da Praça Waldemar Henrique na cidade de Belém (PA)*, de autoria de Elcivânia de Oliveira Barreto e Simão Bossi Santana, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”